

2008– 2012, técnico superior, jurista, na Autoridade Florestal Nacional;

2006– 2008, apoio jurídico aos júris de concursos públicos para atribuição de capacidade de injeção de potência na rede do sistema elétrico de serviço público e ponto de receção associado para energia elétrica produzida em centrais termoelétricas a biomassa florestal;

2005– 2006, membro do grupo de trabalho no âmbito da DGRF, IGP e IFADAP/INGA, com a missão de apresentar proposta e recomendações em matéria de cadastro, parcelário e informação geográfica;

2004– 2008, técnico superior, jurista, na Direção-Geral dos Recursos Florestais;

2004– 2005, membro do grupo de trabalho interministerial para a criação de sistema simplificado de informação cadastral da propriedade rústica de caráter multifuncional;

2003, apoio jurídico ao Conselho Consultivo Florestal (CCF);

2000, participante na 60.ª Reunião do Comité Permanente Florestal, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia;

1999– 2000, perito no “Grupo Ad Hoc de Florestas”, para a coordenação da posição comum da União Europeia e membro da delegação Portuguesa às 3.ª e 4.ª Sessões do Fórum *Intergovernamental das Florestas* (FIF), realizadas sob a égide da ONU;

1999, delegada na Delegação Portuguesa no Encontro Europeu da Iniciativa Costa Rica – Canadá de suporte à Categoria III do Programa do Fórum Intergovernamental das Florestas (FIF), Madrid;

1998– 1999, coordenadora do «Grupo de Trabalho para o Estudo da Situação dos Motosserristas» (GTESM), por nomeação dos Secretários de Estado do Desenvolvimento Rural, e da Segurança Social e das Relações Laborais;

1996– 2004, técnico superior, jurista, na Direção-Geral das Florestas;

1995, formadora na ação de formação *Instrução de Processos Disciplinares e Afins*, Instituto Florestal, C.O.T.F., Lousã;

1993– 1996, técnico superior, jurista, no Instituto Florestal;

1990, delegada ao *III Congresso dos Advogados Portugueses*;

1987– 2012, exercício da advocacia, com incidência no contencioso geral, construção e empreitadas;

1992, Formadora no módulo *Prática Processual Penal*, dos cursos de estágio de 1991/92, do Centro Distrital de Estágio de Lisboa da Ordem dos Advogados;

1987– 1993, técnico superior, jurista, na Direção-Geral das Florestas;

1985– 1987, estágio de advocacia.

207263362

Gabinete do Secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar

Despacho n.º 12406/2013

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de chefe do meu gabinete, a licenciada Albertina Maria Dias da Costa Teixeira e Vasconcelos, com efeitos a partir de 26 de julho de 2013.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo Decreto-Lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Publique-se no Diário da República e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

14 de agosto de 2013. — O Secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar, *Alexandre Nuno Vaz Baptista de Vieira e Brito*.

NOTA CURRICULAR

Nome: Albertina Maria Dias da Costa Teixeira e Vasconcelos.

Data de nascimento: 2 de setembro de 1958.

Habilitações académicas:

Licenciada em medicina veterinária, em 1984, pela Escola Superior de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa;

Curso de formação em Gestão Pública — FORGEP;

Pós-graduação em Bem-Estar Animal pelo Instituto de Psicologia Aplicada;

Estágio profissional de inspeção sanitária no Matadouro Industrial de Lisboa.

Atividade profissional:

Coordenadora regional do Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA) no Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas;

Coordenadora nacional do Setor dos Ruminantes do Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA) na Direção-Geral dos Mercados Agrícolas e da Indústria Agroalimentar;

Chefe de divisão de Alimentação Animal do Centro Nacional de Controlo Zoossanitário do Instituto de Proteção da Produção Agroalimentar;

Chefe de divisão de Bem-Estar Animal da Direção-Geral de Veterinária;

Diretora de serviços de Proteção Animal da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária;

Adjunta do Gabinete do Secretário de Estado da Alimentação e Investigação Agroalimentar do XIX Governo Constitucional de 1 de fevereiro a 31 de maio de 2013, designada para substituir o chefe de gabinete, nas suas faltas e impedimentos;

Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Alimentação e Investigação Agroalimentar do XIX Governo Constitucional de 1 de junho a 24 de julho de 2013,

World Organization for Animal Health (OIE) — ponto focal para a área da proteção animal desde 2008;

European Animal Welfare Education — representante nacional;

Membro do grupo de aplicação da Convenção CITES desde 2009.

207263743

Direção-Geral de Política do Mar

Despacho n.º 12407/2013

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo n.º 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que, obtida a anuência do serviço de origem, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria da técnica superior Carla Maria Cadete Sebastião Frias dos Santos, nos termos do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, com efeitos a 1 de setembro de 2013, integrando, assim, um posto de trabalho do mapa de pessoal desta Direção-Geral e sendo posicionada na 5.ª posição remuneratória, nível remuneratório 27.º da tabela remuneratória única, mantendo o mesmo posicionamento remuneratório detido na Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, o serviço de origem.

9 de setembro de 2013. — O Diretor-Geral, *João Fonseca Ribeiro*.

207264829

Despacho n.º 12408/2013

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo n.º 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que, obtida a anuência do serviço de origem, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria do Assistente Operacional Marco Manuel Reis Simões, nos termos do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, com efeitos a 1 de agosto de 2013, integrando, assim, um posto de trabalho do mapa de pessoal desta Direção-Geral e sendo posicionado entre a 1.ª e a 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório entre o 1 e 2 da tabela remuneratória única, mantendo o mesmo posicionamento remuneratório detido na Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, o serviço de origem.

9 de setembro de 2013. — O Diretor-Geral, *João Fonseca Ribeiro*.

207265055